
Artigos

ESTUDO DA PEQUENA PROPRIEDADE NUMA AREA DE MINAS GERAIS.¹

um exercício de Antropologia Econômica

STUDY OF SMALL PROPERTY IN AN AREA OF MINAS GERAIS.

An exercise of Economic Anthropology

Margarida Maria Moura²

RESUMO

A autora, antropóloga, realizou pesquisa de campo no nordeste de Minas Gerais.

Em áreas onde domina a antiga fazenda, as relações sociais sofreram dramáticas transformações: o agregado e sua família foram expulsos de seu pedaço de terra que controlavam no interior da fazenda. Os proprietários de pequenas propriedades chamadas sítios foram proibidos de cultivar dentro da fazenda a fim de complementar suas próprias roças sob comando de suas famílias.

Utilizando categorias do discurso dos camponeses sobre prática econômica e empregando noções de Antropologia Econômica, ela procura descrever tão acuradamente quanto possível como as mudanças ocorreram e como interrelacionam-se terra, trabalho familiar, festa do santo padroeiro e migração.

1 Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

2 Professora do Departamento de Antropologia - FFLCH-USP.

ABSTRACT

The author, an anthropologist, does fieldwork in Northeastern Minas Gerais.

In areas where the old fazenda dominates, social relations underwent dramatic transformations: the agregado and his family were evicted from the piece of land they controlled inside the fazenda; the owners of small properties called sítios were forbidden to cultivate inside the fazenda in order to complement their own family controlled roças.

Using categories from the peasant's discourse on economic practice and borrowing insights from Economic Anthropology, she seeks to describe as accurately as possible how changes occurred and how they interrelate land, family labour, patron saint feast and migration.

Para Priscila

1. O JEQUITINHONHA: UMA TENTATIVA DE ABORDAGEM HISTÓRICA

1.1. Ciclo de ouro e consequências

O Jequitinhonha (Alto e Médio) está situado em uma área que se pode designar, grosso modo, como Nordeste de Minas Gerais.

Sua aparição no cenário econômico se dá no séc. XVIII com o ciclo da mineração, coincidindo pois com a proeminência da própria região das Minas.

Região pouco estudada nas suas minúcias históricas, há alguns marcos significativos que se podem fincar a partir da historiografia disponível.

As cabeceiras do então Rio Grande - hoje Jequitinhonha - foram atingidas por Fernão Dias Paes, na bandeira de 1674. Ela é

precedida por "diversas entradas, oriundas da Bahia (que) visavam a procura de riquezas minerais...pelo Jequitinhonha e depois pelo Rio Doce"³. Seu ponto de chegada é Serro, então batizada de vila do Príncipe, situada numa área crucial da mineração no Nordeste de Minas, juntamente com Diamantina com a extração de diamantes, durante o séc. XVIII.

Ao tomar-se um mapa econômico da região das Minas no séc. XVIII ver-se-á com clareza uma tríade de vilas importantes para a análise histórica do período: Ribeirão do Carmo (depois Mariana), Sabará e Vila Rica. Muitas vezes Diamantina será igualmente lembrada pela extração diamantífera, mas não raro se omite o Serro, nas cabeceiras do Jequitinhonha e diversas localidades menores.

A economia do ouro⁴ (e do diamante) é responsável pelo expressivo grau de urbanização dessa região àquela época, situada a mais de cem quilômetros em linha reta ao norte/nordeste de Vila Rica, bem como por sua vinculação com outras longínquas áreas da colônia e, naturalmente, com o *mercado externo*.

Isto porque passado um primeiro período de fome aguda, resultado do afã de todos os *hominis livres* e até mesmo escravos de se apossarem de veios para exploração, que os deslocou do controle de atividades ligadas à agricultura de alimentos, da pecuária ou da produção de cana-de-açúcar na região onde se originaram, os produtos de alimentação⁵ voltam a ser assegurados de algum modo por fazendas próximas e de modo maciço por tropas

3 Cf. Waldemar Almeida Barbosa, SENA (1972). (org.)

4 Para o conhecimento de diversas nuances de interpretação dos aspectos econômicos dessa atividade, ver Furtado (1961); Castro (1971) e o artigo de Cano (1977), onde este se propõe a debater com os dois primeiros.

5 Que no caso do escravo, Mafalda Zamella insiste em afirmar que eram basicamente milho e feijão e no caso dos senhores pode ser resumida na lista de produtos e seus respectivos preços, referentes ao anos de 1703, compilada por Antonil SENA (1972) org., citação de Almeida Barbosa.

e rebanhos que percorriam longos trajetos do Nordeste e de São Paulo até Minas. Sob esse aspecto, o Vale do Jequitinhonha estava estrategicamente situado e o interesse dos comerciantes de ali negociar era obviamente muito forte.

Como prova de intensa atividade econômica floresce ali uma arte barroca puríssima e elaborada. Aplica-se aí de modo claro a idéia de que o ouro foi assim "improdutivamente acumulado"⁶, já que tanto a arte sacra quanto a arquitetura laica atingiu no Jequitinhonha requintes ainda pouco notados por muitos pesquisadores.

A meio caminho entre a florescente Vila Rica e o Sul da Bahia (ligada à produção de cana-de-açúcar, então em decadência), o vale do Jequitinhonha é passagem obrigatória de autoridades jurídicas, comerciantes, tropeiros e não se deve atribuir esse esplendor tão somente ao Distrito Diamantino também ali situado.

No entanto esse grande ciclo breve entra em declínio e menos de cem anos passados a economia mineira está prestes a se modificar. As fazendas reorientam suas atividades para produtos agrícolas promissores. O mais importante deles é o algodão. Prado Jr. não chega a precisar onde radica exatamente esse ciclo logo abortado, mas há fortes indícios⁷ de que o baixo Jequitinhonha tenha sido uma de suas sedes. A criação de gado se reorganiza lentamente e se desenvolve de modo excepcional, abastecendo de carne não só Minas como também São Paulo e Rio de Janeiro. Mas para estes novos eixos consumidores o Jequitinhonha estará longe demais; serão outras as áreas de Minas a desempenhar esse papel. Já se verá como.

Para a região em apreço muitas afirmações correntes sobre as consequências econômicas do ciclo do ouro precisam ser cuidadosamente matizadas.

6 CANO (1977), pág. 97.

7 PRADO JR. (1965), pág. 85

A decadência do ciclo da mineração dá lugar de fato à **reorganização das fazendas**. E isto não exclui a possibilidade de que **pequenos estabelecimentos camponeses tenham surgido, concomitantes, em torno dela**. No Vale do Jequitinhonha essa alternativa surgiu, por exemplo, para **faiscadores de poucos recursos que deste modo tiveram acesso, pelo menos, a "terras piores"**⁸.

Há indícios de que tenham estabelecido (ou reestabelecido) **circuitos mercantis no que toca a produtos agrícolas e pastoris**⁹.

As propriedades tinham simultaneamente roças de milho, feijão e mandioca. Esses produtos abasteciam a própria fazenda e forneciam excedentes às cidades próximas, mais expressivas demograficamente na parte alta do Rio, como Diamantina e Serro. E em todo o vale difundiu-se a pecuária: leiteira, no alto curso voltada para a produção do queijo crioulo do Serro - famoso desde então - e no seu médio, de corte, originária do sul da Bahia um século antes, quando Santa Cruz, Ilhéus e Porto Seguro, emersos do ciclo da cana-de-açúcar, principiaram a perder também homens para as Gerais.

Assim, não se firmou uma especialização de produtos, já que a lógica econômica que rege esta fazenda de "decadência de ciclo" é justamente a articulação entre produção para auto-subsistência aliada à comercialização de excedentes e à pecuária extensiva.

A reprodução destas fazendas que caracterizam o Jequitinhonha, com o fim do ciclo do ouro, contrasta de forma histórica solo/subsolo, proximidade/distância, século dezoito/século deze-

8 No caso do sul de Minas esse movimento de reocupação parece ter assumido contornos ainda mais marcantes pelo fato de "terras livres" terem sido ali transformadas em propriedades parcelares, em áreas fertilíssimas próximas ao Vale do Sapucaí e que perduram até hoje.

9 O fato de funcionar uma imprensa em Serro, de propriedade da família Otoni (Teófilo e Cristiano) e que fazia oposição ao 1º Império é um indicador importante e merecedor de pesquisa à parte, já que pode evidenciar que o Jequitinhonha não estava totalmente decadente e marginal durante o séc. XIX.

nove: se no primeiro as entranhas da terra tinham se mostrado ricas em ouro e diamantes, no século dezanove seus pastos são apenas razoáveis e o gado dependia - como depende - de grandes extensões para obter todo alimento de que necessita; se da perspectiva de uma vinculação subordinada à Europa, o ouro tornava curtas todas as distâncias, da perspectiva de uma produção de alimentos para abastecimento interno, o Jequitinhonha "perde" para outras áreas de Minas. O fosso econômico cresce quando outras áreas da província disparam na produção agrícola ou pastoril, como é o caso da Mata com o café e o Sul com o gado, o fumo e finalmente o café, já na passagem para o atual século. São terras férteis e próximas à Corte, mercado consumidor e núcleo exportador.

O processo de acumulação gestado a partir dessas produções certamente explica o florescimento¹⁰, no final do século dezanove e início do atual, de um surto industrial ligado sobretudo a têxteis em ambas as regiões¹¹, fato decididamente ausente em todo o Jequitinhonha.

Nesse contexto pode-se aventar a hipótese de que no Jequitinhonha reproduz-se uma estrutura econômica sem saltos bruscos desde a decadência da atividade mineradora. Sua participação na economia da província, depois Estado de Minas, se fez desde então: 1) pela produção agrícola voltada para centros locais, que à exceção de Diamantina, são inexpressivos; 2) pela venda de reses para abate fora da região ou reses jovens para outras regiões das Gerais, onde então completariam seu ciclo de crescimento; 3) pela produção artesanal do queijo crioulo; 4) pela venda de excedentes de produção agrícola, que poderiam, num

10 Sobre o modo de articular café/industrialização, é fundamental a polêmica que reúne Martins, 1977; Silva, 1976 e Cano, 1977; para apenas citar trabalhos recentes.

11 Para me ater a apenas um exemplo, a família do ex-presidente da República Venceslau Brás estava ligada, de um determinado momento em diante, simultaneamente à fazenda de gado, à indústria têxtil (Fábrica Codorna) e ao capital bancário (Banco de Itajubá).

limite máximo, atingir Ouro Preto; 5) pela produção camponesa do algodão sertanejo que chegava até o Rio de Janeiro.

Sua estrutura fundiária não recebeu estímulos para concentrar terra. Conquanto tal fato possa ter significados diversos, ali o parcelamento intenso das fazendas por processos de herança foi marcante e este aspecto *jurídico* não parece ter sido desafiado por nenhum movimento mais coercitivo de natureza *econômica*. Sua malha fundiária, extremamente dividida, permite contudo identificar o pequeno sítio camponês que está ligado às fazendas por um sistema de parceria. Ao mesmo tempo pode-se detectar no interior da mesma fazenda o *agregado*, sem controle jurídico de qualquer terra, mas também responsável por uma pequena produção de subsistência.

Assim, o Jequitinhonha configura uma região que viveu, da decadência do ciclo do ouro em diante, sem que estivesse desligada do conjunto da economia mineira. No século vinte, também, por outros flancos pode-se perceber esta vinculação. Veja-se como, Minas Gerais é um estado no qual se detecta com relativa facilidade a precedência do processo de urbanização sobre o de industrialização. A sangria de braços do Nordeste do estado na direção de Belo Horizonte, capital construída mediante um plano urbanístico, parece ser um dado a considerar. A mão-de-obra migrante foi assim aproveitada, bem como posteriormente nas companhias de mineração e siderurgia, em torno da capital (século XX).

Mas é um limite de 1950 para frente que a migração rural-urbana se torna intensa com vários municípios apresentando perdas demográficas significativas. Por essas e outras informações, se tornará possível evidenciar que a estrutura econômica da região está a um passo de transformações significativas. Desde já é possível afirmar que esta estrutura, onde somente o **capital comercial** fazia aparição, realiza hoje uma série de ajustes que atuam como pré-condição de passagem a formas de produção de natureza **capitalista**.

2. TUTAMÉIA: AS REPRESENTAÇÕES DO PEQUENO PRODUTOR DO ALTO JEQUITINHONHA.

2.1. Da idéia do bem limitado à carência e à privação.

Sobre as Gerais e sua gente, diz Guimarães Rosa a certa altura de *Tutaméia*:

*"Dali - recanto agarrado e custoso, sem aconteceres - Homens e mulheres cedo saíam, para tamanho longe; e aquela chegava? Tão não sabia nem possível, o comum não a mingando: como todo ser, coagido a calar-se, comove."*¹²

Conheci a expressão *Tutaméia* pela primeira vez no campo do Jequitinhonha e foi esta descoberta que me conduziu à leitura do livro.

É com o objetivo de analisar as principais características do modo como se veem enquanto trabalhadores, que se procedeu a um levantamento das categorias através das quais pequenos produtores expressam sua condição social e suas tarefas produtivas e que, por sua posição subordinada na estrutura social se configuram num fugidío discurso oral.

12 Conto "Arroio das Antas!" Diz Paulo Rónai no Prefácio de livro: "No Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa", encontramos *tuta-e-meia* (...) ninharia, quase nada, preço vil, pouco dinheiro. Numa glosa de coletânea, o contista (G.R.) confirma a identidade dos dois termos, juntando-lhe outros equivalentes pitorescos, tais como nonada, baga, ninha, inânias (no sul de Minas, *ficar na inhanha*, parênteses meu, M.M.M.), osso de borboleta, quiquiriqui, mexinflório, chorumela, ninca". No novo Dicionário da Língua Portuguesa, lê-se: "*Tuta-e-meia*. (Da expr. *macuta e meia* quimb. *mu'kuta*, certa moeda africana, com síncope da 1ª sílaba de *macuta* e assimilação do c.) S.F. I.Fam. V.ninharia. 2.Quase nada; preço vil; pouco dinheiro." Holanda: 1976.

A expressão **tutaméia** pode ser acionada em diferentes contextos e por dois tipos de indivíduos ouvidos durante a pesquisa. Vou examiná-los a partir de diferentes entrevistas com a) ex-pequenos produtores na região, hoje proletarizados, vivendo na periferia da Grande Belo Horizonte. Estas pessoas mantêm vínculos de natureza cíclica com o Alto Jequitinhonha, através do comparecimento anual às Festas de Nossa Senhora do Rosário e eventualmente outras.¹³ b) Pequenos produtores atuais que controlam simultaneamente uma pequena área autônoma e uma área na fazenda, que somadas deveriam permitir a obtenção do que necessitam para sua reprodução física e social.

Com estes dois grupos de indivíduos, houve pesquisa de campo intensiva. No entanto, outros indivíduos que detêm posições subordinadas na estrutura social valem-se da expressão no mesmo sentido, ou seja, referir-se a algo que é característico de suas vidas face às classes dominantes (mais especificamente, o grande proprietário rural).

Como na entrevista que se segue:

*"A roça já não dava mais nada. O agregado tinha que trabalhar por um pedaço de toucinho e um pouco de fubá. O indivíduo fracassava e acabava na **tutaméia** e vinha para ... (cidade do Jequitinhonha) e não conseguia trabalho e acabava vindo pr'aqui (Belo Horizonte) prá ganhar dinheiro".*

Ou então:

*"**Tutaméia** é as coisa muito pouco. Se ganha muito pouco num trabalho diz que que ele ganha lá uma **tutaméia**". (Jequitinhonha).*

¹³ Para uma abordagem inicial da relação entre a festa e o problema agrário, ver Moura: 1977, apêndice.

Ou ainda:

*"Cobrou um arrendo desse tamanho prá essa tutaméia de terra."
(Jequitinhoula).*

Ou ainda:

"Trabalhei como um animal e me deu essa tutaméia de pago, não trabalho mais prá ele".

Tutaméia é assim uma categoria, associada a idéia de pouco. Entre pequenos produtores antigos e atuais, seu uso pode estar associado a 1) pagamento vil (via de regra em espécie) por um trabalho desempenhado; 2) parcela de terra mínima comparada ao pagamento por ela exigido, o que coloca a categoria numa posição inversa à utilizada acima; 3) finalmente, a idéia de que o pouco permeou tudo de uma tal forma, que é preciso buscar nova situação social. Esta nova situação está associada à procura de trabalho assalariado em Belo Horizonte e, em certos casos, no Rio de Janeiro e São Paulo.

Tutaméia não está relacionada a antes e depois. Ela havia antes e agora. A reprodução física e social do pequeno se define a partir dela. Entretanto, há um limite para sua coerção a partir do qual é necessário escapar dela¹⁴.

Sempre prejudicado nas suas pretensões de autonomia plena, a categoria se remete duplamente a sua prática: ela significa que o "seu" - pedaço de terra na qual tem licença para plantar a outra parte de sua "despesa" é, não só, insuficiente, mas origina coisas além e a mais que não são retribuídas. Daí poder falar em:

14 Para uma discussão sobre o bem "limitado" entre camponeses, ver Foster: 1965 e seus críticos, como Forman: 1970 e Leite Lopes: 1977. O conceito é acionado em sentido inverso face à abundância (pelo menos teórica e certamente momentânea) em Velho: 1972.

- trabalho (a modo de um) animal X **tutaméia** de pago
- arrendamento (de) tamanho desproporcional X **tutaméia** de terra

para culminar em

- acabar na **tutaméia** - situação de privação sem retorno, que justifica o rompimento e busca de trabalho fora.

O sujeito ausente ao qual se opõe no discurso é o **fazendeiro**. Ele é raramente mencionado no contexto em que a categoria é acionada. Isto porque embora suponha uma oposição complementar, o pequeno produtor enfatiza a sua sorte, a sua miséria como algo inerente à sua condição, claro que até um **limite**, que é justamente aquele dado pela primeira entrevista transcrita. O **fazendeiro** só vai aparecer no momento em que eles, percebendo uma crise nas suas relações de produção tradicionais, farão menção a **antes e depois, antigamente e agora**, a partir da apresentação do código costumeiro que norteava o passado e o que passa a nortear o presente. O marco para tal oposição é a **não permissão de plantar roça por parte do fazendeiro em sua propriedade**.

Antes de desenvolver esse ponto será preciso analisar as categorias relacionadas à reprodução de sua pequena roça, enquanto **trabalho familiar**.

O objetivo é plantar para a **despesa**.¹⁵ **Despesa** é tudo aquilo que a unidade de trabalho familiar consome e que é produzido por ela em duas áreas geograficamente separadas, mas economicamente complementares: "A roça" que está dentro da área jurídica onde se encontra a "casa" e a roça que obtém através da "licença prá plantar", dentro da terra do fazendeiro.

15 Veja-se por exemplo, o caso dos camponeses sul-mineiros que controlam integralmente terra e trabalho, como acionam essa categoria. Cf. Moura, 1978.

"Aqui planta tudo reunido" (pai, mãe, filhos), significando isto que não se encontra uma separação física de áreas cujos produtos específicos se destinariam a algum membro da unidade familiar em particular; como todos se envolvem indistintamente em diversas atividades agrícolas. De um modo geral, afirma-se que "plantá prá despesa favorece" já que deixa ou deveria deixar o sítio a salvo de comprar gêneros considerados caros na "venda", tais como fubá, feijão, farinha de mandioca e, em certos casos, arroz. Na verdade, não só tais compras acontecem, como o recurso mais frequente a elas é para o grupo indicador importante da situação de carência (ou privação) que se está delineando.

O locus social básico, portanto, para apreensão da categoria despesa é a "casa" situada no centro de uma área que se designa "terreiro", de terra batida e varrida e por onde transitam porcos e galinhas. Em torno a ambos está o quintal onde se encontram árvores frutíferas, alguma cana, algum café, xuxu, abóbora, mamona. A "roça" pode ser um prolongamento desse conjunto ou um pequeno lote próximo comprado de algum parente ou vizinho. Nela se encontram as plantações de milho, feijão e mandioca, produtos básicos da alimentação familiar.

A este conjunto soma-se mais uma parte, também designada por roça e que está situada no interior da terra do fazendeiro: aquela que se obtém mediante licença e que visa complementar o que a terra, sob controle autônomo do sitiante não pode oferecer integralmente para a obtenção da despesa. Ali novamente planta-se milho, feijão e mandioca.

Embora pensada a partir da categoria despesa, essas roças em terra da fazenda servem a duas reproduções em separado: 1) a do sítio que se apropria de dois terços de produto; 2) a da fazenda, que através da parceria baseada na terça (década de 60) e na meia (década de 70 em diante), realizada com inúmeros camponeses, obtinha alimentos básicos e ainda comercializava excedentes. Simultaneamente agrícola e pastoril, a fazenda garantia com esta mão-de-obra,

bem como a do agregado¹⁶, mão-de-obra para vigiar os animais, bater o pasto, fazer ou reparar cercas, abrir caminhos.

Atrelado deste modo à grande propriedade, o sitiante assegurava quase a totalidade de sua magra dieta. A despeito da assimetria inerente a esse quadro de relações, esse tempo era por ele considerado justo. No entanto, novos dados são agregados por ele aos relatos quando se trata de descrever o presente mais imediato:

"Antigamente havia fartura porque se plantava arroz, feijão, milho e o fazendeiro deixava. Hoje não deixa mais, diz que é tudo para pasto".

Aqui se penetra no labirinto de novos planos do seu discurso e que remetem à **crise das relações de produção** atualmente vigentes no Alto Jequitinhonha mineiro.

Num limite de 1950 para frente, mas de maneira mais marcante na década de sessenta para cá, dois fatos simultâneos e complementares devem ser vistos como marcos de transformação significativos: o fazendeiro do Jequitinhonha reencontra no gado leiteiro e de corte a possibilidade de gerar pré-condições para um ciclo de acumulação; com isto está se iniciando ao mesmo tempo a expulsão do agregado e a suspensão da licença para plantar ao sitiante. Esse processo de expulsão/exclusão pode justificar-se no discurso do fazendeiro como "medo das leis sociais" ou por uma total dissimulação da questão. Vê-se que ele não deseja difundir o pagamento do salário a indivíduos que para ele venham a trabalhar, como alternativa à mudança que se esboça. Como no trecho seguinte de uma entrevista com um fazendeiro:

"Porque aliás desde as leis CLT de 1946 a coisa é assim: para o trabalhador ter carteira, salário etc... só em 1963 começou e hoje já está

16 Trabalhador desapossado morando em terra alheia com direito a manter pequena roça em troca de trabalhos para o grande proprietário.

começando os empregados a conhecer o que as leis dizem e começa essa, digamos, rebeldia e o proprietário tem medo das leis sociais, não quer se envolver e prefere mandar o camarada embora por conta própria trabalhar em Belo Horizonte... Eu tenho medo das leis trabalhistas..."

Já da perspectiva de outro fazendeiro, o trabalhador rural é quem toma a decisão:

"O trabalhador sai atrás do salário¹⁷ em Belo Horizonte..."
(grifo meu)

P. Ele não ganha salário no campo?

R. Ganha... Mas prefere ir para a cidade... Mas brevemente, nos próximos cinco anos, vai-se começar a voltar (para o Jequitinhonha).

É assim que a expulsão do agregado e a proibição de botar roça configuram transformações na fazenda, cuja lógica de reprodução consiste em ampliar os pastos para o gado, convertendo para esse fim toda a terra disponível da propriedade.

Essa conversão tem, no Alto Jequitinhonha, contornos muito próprio e seria demasiado simples e inexato falar-se numa passagem de relações de produção pré-capitalistas a capitalistas ou simplesmente de uma passagem do pré-capitalismo ao capitalismo. O capítulo seguinte se encarregará de mostrar por que. No contexto dos discursos dos fazendeiros, o que vale ressaltar é que as leis trazem rebeldia: 1) seja porque estão em oposição a um tempo em que nenhum deles, agregados ou sitiantes, sairia atrás de salário - ou seja, um tempo de paz que precedeu ao atual e que, em determinado contexto o pequeno produtor designa por tempo "justo" - ou seja - o tempo em que não havia sanções escritas, mas dava-se licença para plantar;

17 O "salário" refere-se sempre ao mínimo, juridicamente estabelecido, na região de Minas, São Paulo e Rio.

2) seja porque está em oposição a um tempo em que a própria zona rural satisfazia os anseios dos "pequenos".

A interseção das categorias de explicação do sitiante com as do fazendeiro pode ser percebida, por exemplo, quando o primeiro diz:

"Começou a trapaiá mer mo foi com o salário" e "... os moço começou a se encantá com o salário, não qué mais sabê de trabaiá duro, tocando roça..."

Está-se diante de um sistema de categorias complexo e em que se começa com a *tutaméia*, passa-se pela *despesa*, para culminar no *salário*.

Evidencia-se nesse caso, de que modo categorias que parecem referidas a uma lógica camponesa como as duas primeiras, culminam numa terceira, aparentemente referida a uma lógica de trabalho assalariado, harmonizam-se na percepção do pequeno produtor, será o propósito daqui por diante.

A pequena produção no Alto Jequitinhonha sempre esteve atrelada à *fazenda*. Contudo seus atores se representam, reforçando grandemente uma autonomia ou uma luta nessa direção, ainda que devessem sempre transbordar os limites, jurídicos ou costumeiros de suas pequenas parcelas para assegurar sua reprodução física e social. Ao constatarem que sua autonomia, em termos de controle da terra e do próprio processo de trabalho sempre esteve flagrantemente prejudicada, por ser a base de reprodução da própria *fazenda*, não estão incorrendo em nenhuma contradição, já que esta interdependência, nascida da licença para *plantar* era considerada uma forma "justa". Justa, exatamente porque permitia, apesar dos óbices da "terça", pensar em termos de um cálculo econômico que gira um torno da categoria *despesa*. A *despesa* é o nervo de seu pensar-se *componês* e todo fazendeiro teria por obrigação costumeira permitir sua plena obtenção¹⁸.

18 No sentido de um cálculo camponês e, por isto mesmo, desprovido de conceitos como acumulação e gastos com salário, que são característicos do cálculo capitalista. Cf. Chayanov:1966.

A despesa está atrelada à idéia de pouco. É por isto que todos os pequenos são vítimas de algum modo da *tutaméia*. Mas a obtenção da despesa, conseguida por um conjunto de atividades agrícolas, aqui e acolá não sofria rupturas repentinas. Justo era tempo em que os tratos perduram gerações afora, sem que esteja com este termo falando-se em igualdade.

Evidencia-se assim que o tempo passado só é visto como "justo" se colocam o tempo atual lado a lado para exame: o tempo de agora é da "injustiça". É o tempo que, pela privação que traz, é capaz de transformar o passado num passado idealizado; conquanto não se exclua, tão pouco, a(s) *tutaméia(s)* que lhe eram inerentes¹⁹.

E longe de o salário aparecer nesse cenário enquanto realidade entronizada, como na agro-indústria açucareira pernambucana, ele é de fato muito pouco difundido, embora seja uma categoria de contornos bastante precisos nas representações do pequeno produtor e acionada em continuidade ao raciocínio até aqui esboçado.

Veja-se, novamente, como representam as transformações pelas quais passa a área:

"Antigamente havia fartura porque se plantava arroz, feijão, milho e o fazendeiro deixava. Hoje não deixa mais, diz que é tudo pra pasto."

"Um alqueire de farinha vale 150 contos, mas depende de ter o lugar para andar, para plantar. Vem o dono do terreno e diz que não pode e mesmo que não tenha dinheiro para comprar mais terra não adianta, não tem ninguém pra ajuda. Não tem trabalhador, um só não aguenta; os jovens tão indo tudo embora."

19 Ver Sigaud:1971 (ms); 1972, pág.110 e 1976.

Ou ainda:

"Só interessa agora em pasto e só deixar nós plantá um ano prá batê pasto. Nós devia ter uma associação e ninguém ir mais trabalhá lá, até ele aprendê. É só isso que ele qué, que nós bate o pasto."

A suspensão da "licença prá plantar" equivale a desferir um golpe de morte nos pequenos produtores. No entanto, não se trata da proibição sumária de plantar a roça em terras da fazenda. Conquanto isto aconteça cada vez mais, a permissão de plantar continua existindo só que de modo a **beneficiar exclusivamente a fazenda**. Nos termos da nova lógica econômica que ela deseja inaugurar, a roça só será útil se for liberada em seguida a um ano agrícola de uso para pasto extensivo do gado, seja de leite (mais comum no Alto Jequitinhonha), seja de corte (mais comum rio abaixo).

E isto acontece do seguinte modo:

1) **Desfazendo o trato** - para o sitiante, a licença de plantar assegura-lhe, pelo costume, o plantio sucessivo numa mesma área de roças de milho e feijão. Ele usa tal terreno por três ou quatro anos seguidos, o que lhe permite, no segundo ano, quando **planta a palhada**, ter seu trabalho bastante diminuído, pois não tem que queimar e destocar como sucede na primeira vez. Só quando as esgotam esses três ou quatro anos é que - em seu próprio benefício - faz a rotação da terra, passando a se localizar em outro ponto da propriedade. **Desfazer o trato** significa a exigência de abandono da roça após o primeiro ano de uso por ordem do fazendeiro, seja transferindo o sitiante para uma área não-destocada, seja impedindo, de fato, a sua presença nas terras da fazenda. Como a formação de pastos é, no momento, crucial para o fazendeiro, o trabalho gratuito que ele extrai do pequeno produtor pela preparação de uma área apropriada para reses precisa ser agora obtido num ritmo mais rápido, pela rotação mais intensa e provisória imprimida ao uso das áreas. Como dizem eles: "que dizer que come num ano, no outro não come".

2) Convocando por tarefa - não sendo permitido o plantio da roça, surge alternativamente a tarefa; com ela, o controle do trabalho na fazenda passa inteiramente para o fazendeiro. Ela não configura o salariado, justamente porque supõe ainda pequenos produtores que controlam uma pequena parcela de terra, que no entanto é insuficiente para a produção integral da despesa. Em termos da visão do sitiante, o objetivo de aceitar a tarefa é efetuar um mínimo de rupturas na "despesa" já mencionada: ele continua a pensá-la em termos de um cálculo camponês.

Por tarefa, só se realizam atividades especificadas: capina e limpa, destoca (desbaste de tocos de madeira ainda resistentes ao fogo da queimada), fecho (colocação de cerca), construção de manjedouras ou estábulos.

Nesse caso, a remuneração é a base de um jornal, sendo o trabalho livre, isto é, o fazendeiro dando a comida, será de 15 a 20 cruzeiros para os homens e de 7 a 10 cruzeiros para as mulheres; sendo o trabalho cativo, o pequeno produtor se encarrega de sua própria alimentação, ficando o jornal à base de 25 cruzeiros por 10 horas de trabalho (das 6 da manhã às 6 da tarde)²⁰.

A tarefa permite dissociar inteiramente a roça de subsistência das lides ligadas à pecuária e o fazem por uma remuneração baixíssima e intermitente, ou seja, somente no momento de demanda de determinadas atividades.

A mesma compressão atinge o agregado que é o morador da fazenda. Ali ele controla uma parcela de terra concedida pelo proprietário, onde planta para despesa, ao mesmo tempo que trabalha para o patrão "por um pedaço de toucinho e um pouco de fubá", ou por um pagamento em dinheiro. A lógica que rege a ruptura das

20 Quantias não atualizadas, obtidas no fim da década de 70. Quantias atualizadas para década de 80 se encontram em Moura, MM, Os Deserdados da Terra, apêndice.

relações do fazendeiro face ao sitiante é percebida pelo agregado de modo semelhante ao até aqui descrito. Daí poder-se ouvir:

"As vêis um agregado qué (ficar), tá trabalhando muito, o dono aperta, qué botár prá fora. Vai apertando ele, botando cerca até expulsár".

Ou como no caso de um sitiante de sessenta anos, que descreve a experiência de um filho que é agregado em uma fazenda próxima:

"Se o agregado não tá fazendo como o dono da terra qué, dono vai apertando ele até ele sair. O agregado coitadinho, esse tá ruim não dá nem prá falá comé que vive. O fazendeiro é ruim, paga quanto qué, num adianta nada, nem quando um filho tá doente. Paga no dia certo, isso ele fais, todo sábado pode contá que ele paga. Mas num adianta. Nem dá carona quando tem precisão. E os meninos? Como sofre! Meu filho bate pasto, fecha a terra, cuida do gado. Não pode faiá, nem doente, senão o dono manda embora. E num adianta procurar outro (fazendeiro), é tudo ruim do mesmo jeito. O dono gosta que toca uma rocinha, mas isso ele faz. Tem precisão, né? Nem sei quantos filho ele tem de tanto que é, uns 13 ou 14..."

Notam-se expressões de profunda tristeza quando mencionam que várzeas "boas para arroz estão sendo esgotadas" e entregues ao gado. É nesse contexto que surge a categoria **salário**.

Um código costumeiro oral norteava as relações de produção tradicionais. A ruptura desse código é mais do que uma injustiça, é uma traição. Se para o fazendeiro a lei trabalhista é um fator de desarmonia, porque burla a reprodução jurídica de uma relação fundada na oralidade e que, portanto, lhe permitiria, no atual momento, uma ampla margem de manobras e artifícios a seu favor (como de fato acontece), com o pequeno sucede o inverso. A lei trabalhista escrita, que para ele deveria trazer automaticamente a carteira de trabalho e o salário legal, funcionaria como recurso capaz de remover obstáculos trazidos por uma mudança econômica já em curso: o salário, que se instrumentaliza através da carteira é visto como um corretivo para os acordos ora invertidos pelo fazendeiro. Em outras palavras, a oralidade tinha antes sinal (+); hoje ela

tem sinal (-). Quanto mais se nega a pequenos produtores a licença de plantar, mais se sedimenta neles a visão de que com o salário, as "distorções" atuais da relação estariam solucionadas. E, surpreendente quanto possa parecer, crê que desse modo seria possível reconstruir, o status quo ante, isto é, somar o salário ganho nas terras da fazenda à produção havida na roça familiar, uma totalidade que permitiria obtenção plena de sua despesa.

As leis que trazem no seu bojo a obrigação de paga do salário teriam o poder de fixar o homem no lugar onde ela está e na medida do possível como ator econômico que sempre foi.

Esta lógica pode ser apreendida nas visitas feitas a inúmeras casas de pequenos produtores, em que o marido estava ausente. Perguntadas as "donas" pelo seu paradeiro, diziam estar fazendo um serviço na cidade ou já trabalhando numa fábrica ou outro estabelecimento em Belo Horizonte, vindo ao Jequitinhonha somente "para pagar a conta da venda".

Nestes casos, foi transferida à mulher, filhos, e eventualmente a parentes e vizinhos todo o trabalho dentro da unidade produtiva.

O passo seguinte é a migração rural-urbana que somente se dá como recurso último, doloroso e difícil.

Creio ser possível dizer, que o sitiante do Alto Jequitinhonha se representa socialmente como camponês e economicamente pensa a sua reprodução a partir de uma lógica de cálculo camponês e esta perdura até mesmo quando ele pensa o papel do salário.

No esquema abaixo, só o quarto momento corresponde a uma eliminação deste modo de pensar sua prática econômica:

1º momento - roça controlada pelo pequeno produtor e sua família/roça controlada pelo fazendeiro, mas com "licença para plantar"

2º momento - roça controlada pelo pequeno produtor e sua família/pagamento do trabalho à base de jornada

3º momento - roça controlada pela família do pequeno produtor/salário urbano ou rural, pai de família (B. Horizonte, São Paulo)

4º momento - /salário urbano ou rural do pai de família e de outros membros da família em Belo Horizonte, São Paulo ou mesmo outro estado²¹.

O terceiro momento e o quarto momento não são necessariamente etapas, mas fases da vida das famílias.

Ao transferir para o salário a solução de sua condição, ele parece estar falando como um assalariado ou como "um defensor do assalariamento", mas só aparentemente. Na verdade é a partir ainda de sua inserção como pequeno produtor na estrutura social e visando resguardar ou recuperar a condição camponesa através da qual ele se representa, que contraditória presença do salário em seu discurso revelará sentido.

3. A PRODUÇÃO DO SITIANTE

"Como nós vêve é mistério de Deus". (pequeno proprietário no Alto Jequitinhonha).

3.1. Um campesinato dependente, porém permanente e resistente.

No capítulo sobre categorias, percebe-se no discurso dos atores, em especial aquele do pequeno produtor toda uma tensão entre passado e presente, denunciadora de que na área estão em curso transformações marcantes nas relações de produção que são vivenciadas e percebidas de forma dramática.

21 Aqui poderia prosseguir o tema, alinhando o fenômeno do retorno, uma vez ao ano pelo menos, a fim de participar das festas de N. Senhora do Rosário.

Ao analisar a estrutura econômica, outra perspectiva vai-se impor: a de um processo, em que rupturas e continuidades no quadro das relações sociais estão ali contraditoriamente inseridas, onde o antes e depois são bifurcações didáticas²².

Nesse sentido, o presente capítulo tem um "tempo"²³ distinto daquele do capítulo anterior.

Instalado nas "terras piores" que se constituem em intervalos das fazendas umas face às outras, os sítios que serão analisados implicam sempre, em alguma medida, o controle autônomo do meio da produção terra por parte dos trabalhadores - no caso um sitiante e sua mão-de-obra familiar. Isto porque essa pequena produção está igualmente atrelada a um sistema de parceria com a fazenda²⁴. Esta combinação de terra própria mais terra alheia, terra controlada econômica e, em muitos casos, juridicamente pelo próprio produtor mais terra econômica e juridicamente controlada por um não-trabalhador, mas cujo produto de determinada área e em determinada quantidade converge para sua

22 A insistência com que certos trabalhos em ciências sociais se valem do paradigma do marco "tradicional" versus o marco atual tem como conseqüência sobre as análises a de ver o passado como o tempo a *perdez de vista*, bastante estável e até imóvel, sem cortes de natureza histórica. Ao contrário, o moderno estaria preñado de movimento e tensão que ocorre no momento mesmo da investigação. Imprecisões de toda ordem podem daí advir. Uma é a de que o passado só se configura como uma repetição circular e - por que não? - *secular* de uma determinada forma social porque não há pesquisa empírica suficiente para que outros cortes históricos sejam aplicados. A outra será o uso abusivo que se faz do conceito de transição (do tradicional ao atual), um recurso certamente ameno para fins expositivos, mas discutível ao nível da conjuntura que se está analisando. Na cultura brasileira em geral há um grande reforço semântico a essa perspectiva, no domínio de todo senso comum. Ele se expressa nas categorias "*antigamente*" em oposição a "*hoje*", que acabam vazando para o próprio trabalho "científico". No entanto estou certa de que, para transformações estruturais de vasto alcance os argumentos já não seriam exatamente os mesmos.

23 Em italiano, no sentido de marcação musical. Neste sentido, ele não trabalhará seja com o *tempo* dos trabalhos das ciências sociais já referidos nem com o *tempo* dos pequenos produtores.

24 Contraste-se por exemplo com o campesinato parcelar do Sul de Minas. Moura, op.cit.

reprodução física e social, parece se constituir no nervo da economia camponesa do Alto Jequitinhonha mineiro. Trata-se de uma **disso- ciação geográfica**, que implica numa **associação econômica**. É na tensão inerente a esse duplo quadro, de apropriação²⁵ da produção, que procuro entender as mudanças em curso na região.²⁶

O **sitante** e sua família habitam a **casa de morada**. Ela designa, **simultaneamente** o espaço físico que o abriga e à sua família e o lugar de destino dos produtos por ele plantados e colhidos. O plantio e a colheita são feitos na roça, sendo esta bifurcada em: **roça simplesmente**, que se obtém mediante a licença para plantar, nas terras de uma grande propriedade, isto é, uma fazenda. **Planta-se milho, mandioca e feijão para a despesa**. Como prevalecem sempre sistemas de combinação de plantio, não há produtos exclusivos de uma das roças em detrimento da outra, estas aparecem, aqui e ali, intercaladas.

A **casa e a roça** formam assim uma totalidade analiticamente perceptível, ainda que fisicamente descontínua. Em termos econômicos, tem-se uma **unidade**, cujo objetivo é obter produtos para a **despesa**, isto é, o trabalho é ali desempenhado visando fundamentalmente o consumo da própria unidade.²⁷

25 Por apropriação, entendo que "as operações são aquelas que determinam dentro de uma sociedade as formas de APROPRIAÇÃO e de uso das condições de produção e de seu resultado, o produto social. A apropriação desses "objetos" está submetida, em toda sociedade, a regras explícitas (e escondidas, M.M.M.) que definem os direitos **escritos e não escritos** (grifo meu, M.M.M.) que os diversos membros dessa sociedade tem sobre esses objetos." (Godelier:1967). É pois a apropriação que me permite pensar a **produção** não enquanto tecnologia ou "uso de fatores", mas enquanto **relações sociais**.

26 A malha fundiária do Alto Jequitinhonha é, na aparência, muito dividida. Mas pode-se constatar que uma elite de fazendeiros é proprietária de pelo menos duas fazendas, fato que fornece novos ingredientes à questão.

27 Ao estar me atendo à perspectiva chayanoviana, é da maior importância dar a conhecer que o equilíbrio trabalho-consumo é uma das tentativas mais elaboradas que conheço sobre a lógica do empreendimento familiar camponês. Cf. Chayanov: 1966, esp. capítulo II.

Essa unidade reproduz-se fazendo reverter para si a) a totalidade ou a quase totalidade do produto da roça, bem como do quintal e da horta, (subsetores ligados à casa, em área contínua), que se compõe de cereais no primeiro caso, carne e ovos de aves no segundo e verduras no terceiro; b) a totalidade ou quase totalidade do produto obtido na roça situada na fazenda. Esta é resultante de um acordo entre o pequeno produtor e o fazendeiro e configura um sistema de parceria baseado na cessão ao segundo da terça parte do produto. Esse acordo configura o que Antônio Cândido definiu como "uma sociedade pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro (ou melhor dizendo, do trabalho de outro)"²⁸.

O acesso a uma faixa de terra na fazenda, que se obtém a partir da licença para plantar, implica em a pequena produção transbordar a pequena propriedade - seus estreitos limites jurídicos ou de fato - para reproduzir-se e representa, simultaneamente, a base da reprodução da própria fazenda.

Esta, um empreendimento misto de tipo agro-pastoril, obtinha, com a concessão de licença para plantar, os alimentos que necessitava, fosse para auto-consumo fosse para comercialização e mão-de-obra de reserva ou de fato para inúmeros serviços de manutenção/reposição, tais como: queimadas, destocas²⁹, limpas, capinas, reparos de cerca, construção de fábricas de farinha³⁰, represas, estábulos, manjedouras e engenhos, que se unia ao trabalho do agregado, este sim um morador da fazenda.

Para o desempenho sistemático destas tarefas, o fazendeiro sempre contou com uma mão-de-obra desapossada que abria

28 Cândido:1964,pág.81.

29 Cf.capítulo anterior

30 Nome que se dá ao que corresponde às casas de farinha no Nordeste brasileiro

uma brecha camponesa no âmago da própria fazenda; tal é o caso do agregado³¹.

Deste modo, a pequena produção e a fazenda mostram-se interdependentes, a primeira face à segunda em função da terra de que depende para complementar a obtenção da **despesa**, a segunda face à primeira em função não só da mão-de-obra, cujo trabalho permite obtenção de produtos, mas do trabalho gratuito que fornece nos serviços de manutenção/reposição. Ele é crucial para o preparo dos pastos que resultam de uma área previamente habitada pelo pequeno que nela plantou por determinado período de tempo, como simultaneamente pelo acesso que lhe é dado a áreas virgens da mesma fazenda e que através do mesmo processo revertem, em áreas limpas à disposição do proprietário.

No que tange à pequena propriedade/ produção, seu cálculo econômico se centra na obtenção da despesa. Casa e roça configuram o **sítio**³². No entanto, muitos pequenos proprietários/ produtores hesitavam em dar essa denominação; preferiam chamá-la de **um prato de terra**, remetendo-se eufemisticamente a uma medida agrária comum na região e que corresponde a 0,96 ha. Tais sítios podem consistir de áreas controladas juridicamente, por posse costumeira, ou alugadas da Igreja Católica, que possui extensões de terra em torno das capelas rurais. No caso da **fazenda**, trata-se sempre de áreas juridicamente indisputáveis, registradas nos car-

31 Sem querer arriscar muito nessa direção há indícios étnicos bastante interessantes que permitem diferenciar os sítiantes dos **agregados**: são muito comuns os brancos e pardos claros entre os primeiros, muito comuns os negros entre os segundos. Até que ponto essa amostra impressionista ainda pode ser referida a (1) homens livres que, a partir da decadência do ciclo do ouro conseguiram ter acesso ao controle autônomo de uma pequena parcela de terra e (2) escravos posteriormente ex-escravos que permaneceram no interior das fazendas? Estudos diacrônicos de parentesco poderiam levar bem longe esse questionamento.

32 Em alguns casos, só casa-terreiro quintal-horta constituem área contínua. A roça, controlada econômica e juridicamente pelo pequeno produtor, é parcela de terra comprada a algum vizinho e está também dissociada do primeiro conjunto.

tórios das comarcas. Essa diferença aponta por um lado a sólida base jurídica da grande propriedade e por outro a fluidez dos modos de apropriação da terra entre os pequenos lavradores.

O *sítio*, - que pode ser somente um prato de terra, compõe-se desse modo da casa, cujo prolongamento consiste no terreiro, e diariamente varrido, por onde vagueiam as aves e os cães, gatos ou mesmo um suíno. Nele está também o paiol, onde o milho é empilhado, a cobertura de engenho onde está instalada a moenda e, em certos casos, todo o equipamento necessário ao preparo da farinha de mandioca, protegido por uma cobertura de telhas portuguesas, semelhante à do engenho e ao telhado da casa, mas nunca emparedada. O quintal estende-se numa direção posterior ou lateral e nele se encontram árvores frutíferas, alguns pés de cana-de-açúcar da qual se obtém garapa para adoçar o café e melado para ser servido como doce, pés de mandioca, café e milho. Uma área próxima das águas, sem excesso de sol e bem protegida dos animais, é cercada de bambus e destinada à horta. Cultiva-se ali alho, couve, cebola, tudo em pequenas porções.

O plantio de todos esses produtos, cujo destino é seu consumo pela casa é visto como uma salvaguarda de depender do comércio - a venda do povoado rural ou o armazém de varejo das cidades próximas. "Plantá prá despesa favorece", afirmam eles, conquanto dependam também do comércio para aquisição de sal, querosene, massa e bebidas alcoólicas.

Nos municípios do Alto Jequitinhonha não há feiras. Apenas para Diamantina foi possível confirmar a existência dela. Este fato, além de oferecer um contraste importante com outras regiões onde a feira é elemento fundamental para compreensão da pequena produção e da própria dinâmica do trabalho assalariado³³,

33 Para o Nordeste, veja-se por exemplo Gatti e Echenique:1972, Palmeira:1972, Mott:1976 e Garcia:1976.

chama a atenção para o sistema de trocas internas existente nas áreas onde se agrupam pequenos produtores - as vilas e povoados rurais - e que raramente incluem transações monetizadas. Um carro de milho pode ser vendido em troca de sacos de feijão, mas também pode ser cedido em porções menores e sem contrapartida material embora haja a de tipo simbólico: "que Deus lhe pague o bem que fez". Ao revelarem que "nesta terra não circula dinheiro", os pequenos produtores não só estão se colocando em opção ao universo da fazenda, como aludindo à dificuldade de remeter sobras às pequenas sedes municipais, onde seriam consumidas pelos não-produtores e, em contrapartida obter outros bens de que necessitam.

As escassas formas de obter dinheiro existem contudo e podem ser assim enumeradas: 1) venda de uma parcela de farinha de mandioca, de farinha de milho ou feijão, ao comércio varejista das sedes municipais; 2) feitura de um trabalho a jornal (pagamento por uma jornada de doze horas)³⁴ pelo chefe da família ou um membro de sua família. Em consequência disto é possível compreender porque vendas, sortidas com produtos como sal e querosene, se repitam pelas zonas rurais.

Contudo um processo simultâneo de expulsão do agregado e exclusão do sitiante da terra da fazenda se esboça num limite de 1950 para frente, mas de maneira marcante da década de 60 em diante e é responsável por alguns trechos mais dramáticos do capítulo precedente.

O que se passa na fazenda tem conotações simultaneamente econômicas e jurídicas: no primeiro caso, embora haja a tendência da região a funcionar como área de cria, vendendo o rebanho ainda jovem para regiões contíguas como Rio Doce, que se encarregam do

34 As quantias acham-se enumeradas no capítulo anterior.

abate e venda, há indicadores fortes de que a pecuária leiteira está se desdobrando em atividade altamente lucrativa do ponto de vista capitalista. A convergência da produção do leite para Serro, cuja Cooperativa de Produtores Rurais mantém que um laticínio organizado em moldes tecnológicos "modernos", foi comprada à Camig³⁵, se articula às modificações em curso, já que, face à produção agrícola, ela representará uma concorrência ganha pelo setor da pecuária leiteira. Gesta-se aí, gradativamente, uma nova lógica, em que a cadeia boi-pasto-retireiro exclui ou tende a excluir a despesaroça-pequeno produtor³⁶. Resumindo uma grande entrevista com um pecuarista, que é também empresário de construção civil na capital do estado, são três os objetivos da cooperativa: "organizar a produção e a transformação do leite, ocupar racionalmente a mão-de-obra e quebrar a produção doméstica"³⁷.

Nesse contexto, a afirmação dos pequenos de que o "fazendeiro hoje só quer saber de pasto" se torna um contraponto limpo. A terra destina-se a pasto e torna a lógica da parceria para plantação de produtos agrícolas de subsistência em anti-econômica, do ponto de vista do fazendeiro, porque estes produtos não obtêm no mercado o mesmo valor. O depoimento prossegue: "O fazendeiro precisava da plantação, agora não precisa, tem tutu prá comprar do bom e do melhor, quer dizer que não interessa..."

No entanto, estas afirmações opostas e complementares precisam ser matizadas pelo pesquisador.

Não se trata da proibição sumária da licença para plantar nas terras da fazenda. Conquanto seja possível perceber que é esta a

35 Financiamento pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

36 Evidentemente, a maior parte dos agregados cuja moradia não se ajusta mais à necessidade de reprodução e acumulação que a fazenda tende a caracterizar.

37 O entrevistado se referia à produção doméstica do **queijo críado**, confeccionado manualmente nas fazendas do Alto Jequitinhonha, desde tempos imemoriais, of. pág. 14 do cap. 2.

tendência, a permissão de plantar continua existindo, só que de modo a beneficiar exclusivamente a fazenda. Nos termos da nova lógica econômica, a roça do pequeno produtor só será útil se liberada em seguida a um ano agrícola de cultivo, quando então, limpa pelo trabalho gratuito deste indivíduo e desbocada, está em condições de se regenerar sob a forma de pasto para o gado. Ao pequeno produtor ou é oferecida nova licença prá plantar em outro ponto da propriedade, onde a finalidade a ser atingida é a já descrita, ou é excluído, obrigando-o a sair em busca de outra fazenda que lhe conceda a licença. Nestes casos, a parceria aparece como forma que dissimula uma quase proletarização. Entretanto, é igualmente possível verificar que este mesmo fato, é capaz de reforçar a reprodução autônoma de alguns que, dependendo minimamente da relação com o fazendeiro para a obtenção da totalidade da despesa ou mesmo completamente autônomos no controle da terra, poderão só fortalecer enquanto campesinato parcelar distribuído em meio às fazendas, com forte identidade distintiva face a estas³⁸.

Imprimindo à licença prá plantar nova substância, ainda que recoberta com a velha roupagem³⁹, ela passa a beneficiar exclusivamente a fazenda. Como a formação de pastos é o objetivo do fazendeiro no momento, o trabalho gratuito que ele extrai do

38 Cf. Moura, op. Cit., esp. Cap. IV.

39 Numa feliz analogia, Stella Eingeheer, assistente desta pesquisa, chamou atenção, num relatório sobre a mesma, para as reflexões de M. Godelier sobre o *ayllu* andino. Antes da dominação inca, era unidade de produção e consumo local, voltada para os membros da aldeia. Quando esta dominação o atinge, o *ayllu* deve agregar as funções tradicionais a de produzir um sobreproduto - o atributo - que se destina à reprodução do inca e sua "entourage". Sobre o que ele comenta: "...embora as novas relações de produção pareçam estar contidas em germe nas antigas relações aldeãs e tribais e serem delas o simples desenvolvimento, o produto de uma evolução contínua, de fato o novo modo de produção quando aparece só o faz pela supressão de uma parcela das antigas funções das antigas relações de produção (...) não com seu desaparecimento, mas com sua continuação que mudava seu conteúdo sem mudar sua forma (grifo meu, M.M.M.). Godelier: 1975, pg. 32-33.

pequeno lavrador na preparação da área para as reses precisa ser agora obtido num ritmo mais rápido, pela rotação mais intensa e provisória imprimida ao uso áreas cedidas à roça. A subsistência e os excedentes vendáveis que a fazenda no passado obtinha através da terça, perdem sua importância. Com renda capitalizada, remuneram-se todas as demais tarefas temporárias a serem desempenhadas na fazenda, na base de uma diária ou jornal, já que o cálculo econômico de seu proprietário demonstra ser esta e não a ocupação ociosa de inúmeras parcelas de terra o modo mais lucrativo de reprodução dessa nova atividade.

Viu-se que o pequeno tem consciência de que planta para comer, pois que aponta para o fosso dos objetivos econômicos de cada um. Enquanto a plantação unia fazendeiro e lavrador, seus respectivos modos de reprodução eram nalgum ponto solidários: no momento em que o boi torna-se antitético à roça, um desses mundos começa a ser mais claramente explorado.

É nesse contexto que a convocação por tarefa ganha sentido.

Diminuindo o número de cessões e aumentando o ritmo das licenças prá plantar, aparece esta nova forma de contratar o trabalho camponês. A jornada de doze horas para bater pasto, botar cerca, construir/reconstruir benfeitorias representa duplo descargo para a fazenda: restringe a relação de trabalho ao confronto momentâneo da tarefa, ao mesmo tempo que mascara qualquer caráter permanente da mesma relação de trabalho, descartando a possibilidade de assinar carteira de trabalho, com todas as implicações trabalhistas, que esta, ao menos teoricamente traz.

Ao mesmo tempo, na medida em que a fazenda efetiva vínculos jurídicos de trabalho com um número mínimo de trabalhadores - o administrador, um ou dois vaqueiros permanentes - é possível a seu proprietário afirmar:

"Na fazenda, estamos pagando salário mínimo, mais comida, mais habitação, quase roupa. Quando vai à cidade (próxima) recebe assistên-

cia do Funrural. Damos assistência ao trabalhador. Nos grandes centros urbanos (para onde migram, em número cada vez maior, o sitiante e o agregado do Alto Jequitinhonha), sua situação é muito pior: ganha só o salário, sem comida e sem habitação, paga imposto ao INPS, enfrenta filas para conseguir qualquer coisa. Por isto haverá, a curto prazo, um movimento urbano-rural, com esta nova situação. No momento ainda estamos enfeitando empregados na indústria em Belo Horizonte, enquanto que aqui (Alto Jequitinhonha) não se encontra trabalhador." (entrevista de fazendeiro na área e empresário na capital do estado - os grifos são meus, M.M.M.).

Assim a incúria do pequeno ou de qualquer outro trabalhador, mesmo desapossado, determinaria a migração, nunca a imposição de uma nova lógica fazenda, cujas consequências últimas sobre a vida dos trabalhadores o informante mostra detalhadamente conhecer. Contraditoriamente, o retorno nada teria de inconsequente, resultaria da consciência de que no rural, num futuro muito próximo, poderia se viver melhor !

Todo esse processo tem consequência também nas relações sociais num sentido amplo, nos rituais, no parentesco, nas obrigações cotidianas.

Paternal e protetor, o patrão⁴⁰ ainda distribui favores do tipo: transporte de doente até a cidade, financiar parcialmente festas religiosas populares como a de Nossa Senhora do Rosário. Estas atitudes perduram e impõem lealdade e submissão, mesmo num momento de transformação das relações de produção.

40 Chamo atenção para a necessidade de uma etnografia das categorias cuja raiz semântica é o *pai* (pater): *patrão* (referida ao trabalho), *padrinho* (referida ao parentesco fictício), *padre* (referida à prática religiosa), *patrono* (referida ao "homem bom", no sentido colonial da expressão), *padroeiro* (referida ao santo que protege a ordem mundana da região), *patrimônio* (referida ao acervo em terra e capital, benfeitorias).

O quadro descrito mostra que relações de produção aparentemente "novas" e aparentemente "velhas" compõem um processo social em curso no alto Jequitinhonha mineiro. As linhas de transformação ocorrem a velocidade variável, mas nas novas combinações dessas velocidades é que a mudança pode ser capturada.

Resta voltar ao sitiante de modo específico, para acrescentar mais alguns elementos a este quadro e concluí-lo.

A reprodução camponesa no Alto Jequitinhonha sempre dependeu do acesso a uma faixa de terra na grande propriedade. Nesse sentido, o pai de família, diferentemente da mulher, mais restrita àquilo que não sem muita hesitação designam de sítio, deixava seus filhos trabalhando na roça próxima à casa, enquanto se dirigia ele próprio à roça que controlava no interior da fazenda, fosse em busca de um acordo, fosse para as lides da lavoura propriamente dita.

Quando os filhos chegam à idade adulta e se casam, saem em busca, eles próprios, de sua licença prá plantar. Com o acréscimo de população trabalhadora que este momento do ciclo de vida da família representava, na verdade três soluções se configuram para esses jovens homens: 1) a obtenção da licença prá plantar; 2) a ida periódica para os núcleos urbanos ou rurais regionais em busca de trabalho "braçal"; 3) a migração temporária para o Sul de Minas ou São Paulo; 4) a migração definitiva. Essa sangria periódica e relativamente antiga (conheci pessoas que, desde a década de quarenta, vivem e trabalham naquela cidade, provenientes do Alto Jequitinhonha) não deve ser confundida com o movimento de perda populacional que sofre a região, principalmente da década de sessenta para cá e que fica evidente nos censos demográficos do mesmo período. Neste segundo caso, as perdas estão prenches das características que o trabalho procurou delimitar.

Hoje em dia não só uma parcela desses jovens, mas também pais de crianças menores, fazem a mesma coisa. As etapas podem ser resumidas mais ou menos como se segue:

Suprimida, para muitos, a roça nas terras da fazenda, há a possibilidade do trabalho à base de jornada. Esporádico e mal-re-munerado, prossegue o esforço de manter intacta a obtenção da despesa, suplementando com as compras na venda o que sua própria roça produz.

Quando se configura a tutaméia - a privação sem retornos, o pequeno produtor busca o trabalho proletário⁴¹ em outros pontos de Minas Gerais e São Paulo.

Ainda assim permanecem laços com o Jequitinhonha, onde vive sua família nuclear. Quando há uma base mínima de apoio na capital ou, inversamente, nenhuma na zona rural, é chegada a hora de migrar.

De migrar para retornar anualmente aos braços da mãe do Rosário, inversão perfeita, ao nível de sagrado, dos patriarcas leigos do mundo urbano e rural⁴².

4. CONCLUSÕES:

I. No projeto que deu origem a esta monografia, eu dizia serem seus objetivos: "...Reforçar...a proposta antropológica da pesquisa: centrar nossa preocupação em unidades mínimas em que se concentra a pequena propriedade - bairros rurais ou povoados - para captar a lógica que rege a reprodução dessa pequena agricultura, utilizando como ponto de visão que os próprios habitantes da área possuem a respeito. Partindo dos princípios explícitos de organização da pequena propriedade, tentaremos aquilo que se pode chamar de lógica

41 No baixo Jequitinhonha, é rara a opção de migrar para a capital mineira. Mais próximos da BR116, que liga o Nordeste do país ao Rio de Janeiro, optam automaticamente por esta cidade e São Paulo.

42 Cf. reproduzo aqui uma idéia de Roberto da Matta.

escondida dessa forma econômica, ou seja, aquela que pode nos oferecer as razões (últimas) da sua reprodução."⁴³

Simultaneamente a proposição dá especial relevo à produção e à reprodução, questões de direito, econômicas, mas de fato envolvidas com a totalidade da estrutura social, cujos aspectos está-se autorizado a ressaltar desta ou daquela maneira. Nesse sentido, se algum segmento do saber pode ser chamado de Antropologia Econômica, este segmento será obrigatoriamente partir das categorias de pensamento do grupo analisado através de um paciente trabalho de campo e se valer desta preciosa "démarche" para explicitar a produção e a reprodução, que, por seu turno, não dependem só do discurso para serem conhecidas. Como consequência, não serviram a essa "démarche" qualquer antropologia ou qualquer economia, mas teorias que permitam discurso e estrutura social aparecerem como totalidade⁴⁴.

A Antropologia Econômica não é uma sociologia ou uma economia do pré-capitalismo. Ela é algo que acrescenta ao estudo, do ponto de vista da técnica, o trabalho de campo, privilegiando o discurso do grupo pesquisado, que deve ser ele próprio alvo de um tratamento teórico.

A delimitação do campo de um saber ou disciplina é problemático (no sentido de que se constitui numa problemática). É discutível afirmar que a antropologia econômica "não existe". As mesmas objeções podem atingir a história econômica, a sociologia política e - por que não ? - a economia. Os rótulos são pouco importantes diante da luta por uma ciência social total que, entretanto, não poderá ignorar que no palco da sociedade as luzes podem ser acesas ou apagadas de infinitas perspectivas.

43 Estudo da Pequena Propriedade em duas áreas de Minas Gerais, 1977, pg.5.

44 Ver, a propósito, o conceito de estrutura social de Levi-Strauss e M. Godelier.

2. Contrastando a reprodução da pequena produção no Alto Jequitinhonha com o campesinato parcelar do Vale do Sapucaí, no Sul de Minas, é possível afirmar que não é a herança⁴⁵ da terra dado crucial para defini-la e capturá-la, mas a garantia de acesso a uma faixa de terra na grande propriedade. Sua autonomia sempre esteve flagrantemente prejudicada pelas próprias características desenvolvidas através deste trabalho. Foram sempre e a um tempo mão-de-obra real e de reserva, garantia da reprodução física e social do fazendeiro. E se nos dias atuais transita-se para novos arranjos em termos de relações de produção, pode-se falar em **impasses** a uma situação camponesa instável por definição. Ademais não está claro que o campesinato vai desaparecer. Não serão esses pequenos produtores a **recriar-se**, mas serão **alguns** deles e - quem sabe ? - **outros**, cujas características ainda se desconhece.

3. Embora o projeto de pesquisa se propusesse a analisar também pequenos proprietários/produtores do Mucuri, excluimos essa região de modo a favorecer um trabalho mais denso numa única região, o Alto Jequitinhonha. Devido ao reduzido tempo de financiamento, que explica também o pouco tempo de permanência no campo, pareceu-me mais sensato aprofundar a observação de uma área geograficamente menor, mas igualmente expressiva para o debate da questão agrária brasileira.

Uma das vantagens inerentes a essa intensificação da pesquisa para uma só área foi a possibilidade de conviver simultaneamente com o fazendeiro e o sitiante.

Não sendo uma área de polarizações manifestas que vazam para a ação política⁴⁶, foi possível conviver com ambos e com

45 Herança, como termo que envolve todos os matizes referentes a como se aciona a passagem da propriedade não só da geração mais velha à mais nova (vertical) mas tudo o que envolve transações de terra entre membro de uma mesma geração.

46 Como sucedeu no caso da área de pesquisa de Sigaud.

ex-sitiantes, tanto em Belo Horizonte, quanto no Jequitinhonha dentro de suas casas e roças.

Já no caso dos fazendeiros, tal contato deu-se nas cidades, onde exercem também profissão liberal ou cargo público. Note-se que na primeira visita à região minha presença despertava indiferença e/ou nenhum sobressalto pois ninguém se sentiu observado. Foi mantida distância em relação a mim⁴⁷.

Quando voltei à região pela segunda vez, produziu-se um cerco em torno de minha pessoa e de minhas assistentes: passamos a ser igualmente observadas. Fomos generosamente informadas por todas as pessoas de classe dominante, havendo preocupação com "dar boa impressão". Tais fatos culminaram com convites para visitar fazendas, o que só foi aceito em casos de festividades, para evitar uma intimidade maior, que poderia, de algum modo, perturbar o acesso aos grupos de posição subordinada na estrutura social.

4. As conseqüências do quadro analisado sobre a agricultura da região são profundas. Ao transferir-se para o gado leiteiro o eixo fundamental da economia, ameaça-se ali mais um flanco da produção de alimentos, que por sua pouca expressão, se apresentava sem feiras em várias localidades.

O crescente êxodo rural que é atribuído "à estrutura fundiária...que se caracteriza pela predominância da pequena propriedade...com índice de produtividade muito baixo...que resulta em precárias condições de vida para essa população", como no documento de Araçuaí, que descreve as condições econômicas no médio curso do rio (Médio Jequitinhonha) contradiz-se com os dados da presente monografia pelo fato de ignorar que a fazen-

47 O turista é bem recebido mas mantido à distância, pois é, como regra, considerado indivíduo de costumes estranhos às pequenas comunidades.

da, ou seja, a grande propriedade é, em última instância, a responsável pelo êxodo rural.

Nos fatores que o documento enumera para explicar as razões da emigração, constam: "1) o crescimento vegetativo acelerado da população rural, aumentando a pressão sobre a terra; 2) a tendência atual do desenvolvimento econômico em concentrar as inversões nas atividades industriais e no desenvolvimento urbano; 3) a atração pela cidade e os serviços oferecidos por ela: educação, saúde, atividades de lazer etc."⁴⁸

Não inclui, portanto, sequer a título de questionamento, um item sobre possíveis mudanças na estrutura fundiária e/ou nas relações sociais de produção.

Talvez o presente estudo contribua para mostrar que peso deve ser atribuído a este quarto e importante fator.

BIBLIOGRAFIA

a) Bibliografia especializada

CÂNDIDO, Antonio., 1964 - Os Parceiros do Rio Bonito, Livr. José Olympio Ed., Rio

CANO, Wilson, 1977 - Economia de Ouro em Minas Gerais, Séc. XVIII in Contexto, nº 3, julho, S. Paulo

CARDOSO, Ciro Flammarion S., 1977 - História da Agricultura e História Regional: Perspectiva Metodológica e Linhas de Pesquisa, Centro de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, EIAP/FGV, ms.

CHAYANOV, A.V., 1966 - The Theory of Peasant Economy, American Economic Association, Irwin

48 Araçuaí, pg. 115.

- FIRTH, Raymond, 1966 - **Elements of Social Organization**, Beacon Press, Boston
- FORMAN, Shepard, 1970 - **The Raft Fishermen, Tradition and Change in Brazilian Peasant Economy**, Indiana University Press, Bloomington, London
- FOSTER, George, 1965 - Peasant Society and the Image of Limited Good, **American Anthropologist**, vol.67, n 2, abril.
- GODELIER, Maurice, S/D - **Racionalidade e Irracionalidade na Economia**, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro,
- 1975 - Da Não-Correspondência entre Formas e Conteúdos das Relações Sociais, in **América Colonial** (org.: Theo Santiago), Pallas, Rio de Janeiro
- LEITE LOPES, José Sérgio, 1977 - O "Tradicionalismo Camponês" segundo a **Antropologia da Tradição**, Centro de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, EIAP/FGV,ms.
- LEACH, E.R., 1963 - **Rethinking Anthropology**, The Athlone Press, University of London.
- MARX, Karl, 1974 - **Le Capital**, Edition Sociales, Paris
- MARTINS, José de Souza, 1973 - **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, S.Paulo
- 1975 - **Capitalismo e Tradicionalismo**, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, S. Paulo
- MOURA, Margarida Maria, 1978 - **Os Herdeiros da Terra**, Hucitec, S.Paulo
- 1977 - **A festa de N. S. do Rosário do Serro**, Centro de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, EIAP/FGV,ms.
- 1988 - **Os Deserdados da Terra**, Bertrand Difel, S.Paulo
- OLIVEIRA, Francisco de, 1976 - **Questionamento à Economia Brasileira**, Edições Cebrap, S.P.
- PALMEIRA, Moacir G.S., 1973 - **Latifundium et Capitalisme, Lecture Critique d'un Debat**, tese de 3º ciclo, mimeo, Paris.

- REDFIELD, Robert, 1956 - **Peasant Society and Culture**, University of Chicago Press, Chicago
- SEPLAN/CODEVALE,SOAPA/CEPA, 1976 - **Araçuaí - Vale do Jequitinhonha**, programa de desenvolvimento rural integrado da área - caracterização e diretrizes, B.Horizonte
- SENA, Olivia Marina de Avellar (org.), 1972 - **Brasil XVIII, o Século Mineiro**, Comunicações da I Semana de Estudos Históricos, Universidade Católica de M. Gerais, Ponte Nova
- SIGAUD, Lygia, 1972 - **A idealização do Passado e os Direitos entre os Moradores da Zona da Mata de Pernambuco**, Museu Nacional,ms.
- ____ 1973 - Trabalho e Tempo Histórico entre Proletários Rurais, **Revista de Administração de Empresas**, Jul-set,FGV,Rio
- TAX, Sol, 1953 - **Penny Capitalism** - University of Chicago Press, Chicago
- VELHO, Octavio Guilherme, 1969 - O conceito de Camponês e sua Aplicação à Análise do Meio Rural Brasileiro, in **América Latina**, ano 12, nº 1, Rio
- ____ 1974 - **Modes of Capitalism Development Peasantry and the Moving Frontier**, tese de doutoramento, mimeo, Manchester (já publicado em português com o título "Capitalismo Autoritário e Campesinato")
- WOLF, Eric e outros, 1957 - **Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo: comunidad, subculturas**, Washington
- WOLF, Eric, 1970 - **Sociedades Camponesas**, Zahar ed., Rio de Janeiro

b) Literatura

- ELLIS, Bernardo, 1974 - **O Tronco**, Co-ed,J. Olympio Ed- Ed.Civilização Brasileira - Ed. Três
- MIRANDA, Aluizio R., 1972 - **Serro, Três Séculos de História**, Imprensa Oficial, B.Horizonte
- ROSA, João Guimarães, 1967 - **Tutaméia**, José Olympio Ed. 4 ed., Rio de Janeiro

c) Jornais e revistas

INFORME AGROPECUÁRIO - julho de 1976

JORNAL DO BRASIL - 20/11/77: "Banco Mundial Recomenda Reforma Agrária no Nordeste"

O ESTADO DE SÃO PAULO - 28/08/77; 1,2,3,9/09/77: Série de artigos sobre o Vale do Jequitinhonha.

d) Censos e dicionário

INCRA - Estatísticas cadastrais/2, 1972.

IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VIII, Recenseamento, Geral, 1970.

HOLANDA, Aurélio Buarque de - Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 1976